

## “Reconstrução” da Igreja de São Pedro de Caíde de Rei. Apontamentos a um pretensioso projeto de arquitetura.



Em 1921, no «Diário do Governo», era publicada uma portaria que autorizava a reconstrução da “igreja paroquial da freguesia de *Cahide*, do concelho de Lousada”. O arrojo do projeto deveu-se a três personalidades com grande relevância na vida sociocultural e política de Caíde, mas também do concelho. No Arquivo Digital do Ministério das Finanças foi identificado o pedido de autorização solicitado junto da Direção Geral da Justiça e dos Cultos, o qual compreende um interessante conjunto de peças desenhadas. O presente texto incide precisamente sobre estas peças, verdadeiramente reveladores de uma arrojada pretensão que visava, não a reconstrução, mas a construção de uma nova igreja para Caíde de Rei.

---

### Texto e Fotografia

Luís Sousa  
Arqueólogo  
[luís.sousa@cm-lousada.pt](mailto:luís.sousa@cm-lousada.pt)

Cristiano Cardoso  
Técnico Superior de História  
[cristiano.cardoso@cm-lousada.pt](mailto:cristiano.cardoso@cm-lousada.pt)

## 1. Algumas notas históricas sobre a atual igreja de Caíde de Rei

A igreja de Caíde de Rei foi do padroado régio durante toda a Idade Média. Surge pela primeira vez documentada nas Inquirições de 1220<sup>1</sup>, aí se achando mencionada sob a expressão «Sancto Petro de Caíde». Ainda na mesma centúria se colhem referências de 1242<sup>2</sup> e de 1258<sup>3</sup>. Contudo, as medievas alusões textuais não se quedam por aqui. Dos séculos XIV e XV contam-se cerca de uma dezena de documentos de relevante importância que permitem compreender esta igreja no contexto do arcebispado de Braga.

Nos derradeiros anos do século XIV, em 1399 e 1400, o rei D. João I ainda apresentava dois párocos para esta igreja, Domingos Gonçalves e João Rodrigues. A indicação do pároco ficava sujeita à confirmação do próprio rei e do arcebispo de Braga. Tudo leva a crer que esta prerrogativa régia se tenha mantido por mais algum tempo. Já nos finais do século XVI, este direito (*jus praesentandi*) passou a ser exercido pelos condes de Sabugal, na sequência da doação que fez o rei D. Sebastião, no ano de 1573, do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, com todos os direitos associados, incluindo os padroados, a D. Garcia de Meneses, tio materno de D. Duarte de Castelo Branco, 1.º conde de Sabugal, título criado em 1582 pelo rei D. Filipe I.

A freguesia de Caíde de Rei pertenceu, portanto, ao julgado de Santa Cruz e, posteriormente, ao concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega. Só em 1855, com a extinção do referido concelho, se operou a integração desta freguesia no concelho de Lousada. Em termos de organização eclesiástica esteve integrada na diocese de Braga durante pelo menos 6 séculos, passando, em 1882, para a diocese do Porto.

Os bens da igreja de Caíde de Rei constituíram a base patrimonial da criação de uma comenda nova da Ordem de Cristo por volta dos últimos anos do primeiro quartel de Quinhentos. No tombo dos bens da comenda, realizado no ano de 1613, era comendador frei Dom Manuel de Ataíde e

Azevedo.

As principais corografias confirmam estes dados. O Padre Carvalho da Costa, em 1706, na sua *Corografia Portuguesa*, afirma que Caíde de Rei era reitoria da comenda da Ordem de Cristo e o reitor da apresentação do conde de Sabugal, rendendo 100 000 réis para o pároco e 300 000 réis para o comendador. Nas primeiras décadas de Setecentos, Craesbeck, nas *Memórias Ressuscitadas*, identificou o reitor António Ribeiro, mas errou ao atribuir a comenda ao conde de Sabugal. A comenda, por esta altura, era do 1.º marquês de Angeja, D. Pedro António de Noronha, sobrinho de D. Catarina de Noronha. No Inquérito Paroquial de 1758, o reitor Caetano Pinto de Almeida confirmava que a terra e a apresentação do pároco pertenciam ao Conde Meirinho-mor (conde de Sabugal), afirmando que a comenda era do marquês de Angeja.

## 2. Uma nova igreja para Caíde de Rei. Breve análise a um projeto de 1921

A igreja paroquial de Caíde de Rei, chegada aos nossos dias, é o resultado de uma profunda remodelação de gosto neorromânico operada na segunda metade do século XIX. Apesar de poucas décadas decorridas sobre aquelas obras, na «Direção Geral da Justiça e dos Cultos» deu entrada, no ano de 1921, um processo relativo a um pedido de autorização para reconstruir a igreja paroquial da freguesia de Caíde de Rei<sup>4</sup>. José Maria de Mello Geraldês Malheiro, proprietário da Casa da Quintã, Augusto Ribas de Magalhães, do lugar de Almeida, José Augusto de Sousa Pereira, proprietário do lugar da Estação, e outros moradores na freguesia, decidem às suas custas e de donativos empreender a reconstrução da igreja. Através do Parecer nº 4479, com data de 15 de novembro de 1921, do Ministério da Justiça e dos Cultos, sabe-se que o Conselho de Arte e Arqueologia do Porto manifestou “*poderem ser auctorizadas as obras pois a igreja não é monumento nacional*”. Esta apreciação reproduz o observado pelos técnicos responsáveis aquando da visita à igreja, constando o seu conteúdo num ofício datado de 6 de junho de 1921, apenso

<sup>1</sup> *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*. Volume I, Fascículo I e II. Olisipone: Typis Academicis, 1888, pp. 61, 152, 200 e 250.

<sup>2</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Arouca, VIII.40.

<sup>3</sup> *PMH. Inq.* Volume I, Fascículo IV e V. Olisipone: Typis Academicis, 1897, pp. 607-608.

<sup>4</sup> PT/ACMF/DGJC/PTO/LOU/PRDIV/001 - «Autorização para reconstrução da igreja de Cahide». Proc. 979, L. 5, Fl. 196. 30 de abril de 1921.

ao processo geral do projeto.

As diligências visando a obtenção das indispensáveis licenças para a reconstrução da igreja de Caíde, conforme os escritos ao dispor, haviam sido principiadas pelo menos nos começos de maio de 1921, observadas com as primeiras pronúncias por parte dos serviços da república responsáveis pela execução da Lei da Separação e pelo Conselho d'Arte e Arqueologia.

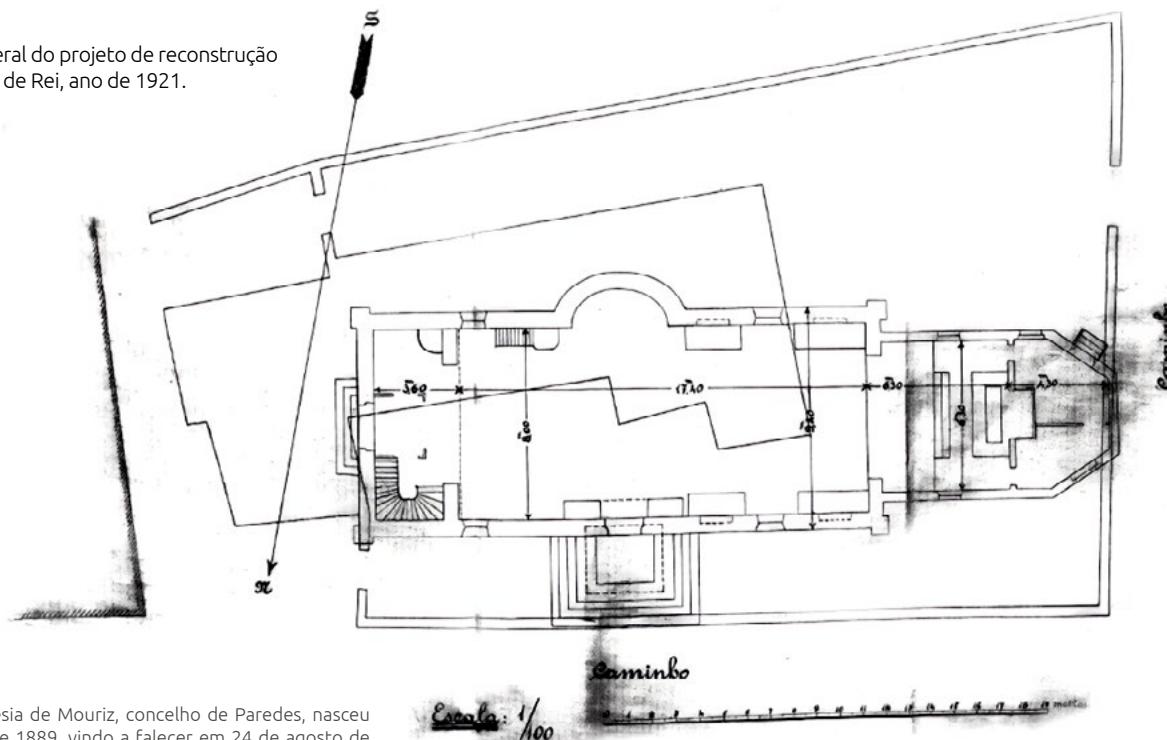
De acordo com a Portaria n.º 2965, publicada no «Diário do Governo» n.º 236, 1.ª série, de 23 de novembro de 1921, dava-se por concluído todo o processo de recolha de autorizações para a reconstrução da igreja paroquial de Caíde de Rei:

*“Tendo um grupo de fiéis da freguesia de Caíde, concelho de Lousada, distrito do Porto, de que fazem parte os cidadãos José Maria de Melo Geraldês Malheiro, Augusto Ribas de Magalhães e José Augusto de Sousa Pereira, pedido autorização para reconstruir, com donativos angariados entre os fiéis, a igreja paroquial da mencionada freguesia, em harmonia com a planta junta ao respetivo processo, e depois de ouvido o Conselho de*

*Arte e Arqueologia, 3ª Circunscrição: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, que seja autorizada uma comissão de fiéis, composta dos cidadãos José Maria de Melo Geraldês Malheiro, Augusto Ribas de Magalhães e José Augusto de Sousa Pereira, a proceder a obras e reparações na igreja paroquial da freguesia de Caíde, concelho de Lousada, distrito do Porto, sob a fiscalização da respetiva junta de freguesia, na certeza de que nenhuns direitos ficarão pertencendo ao grupo de indivíduos que toma a seu cargo a reconstrução pelas obras e bem-feitorias a realizar no aludido templo, o qual continua na posse e propriedade do Estado, embora afeto ao culto católico, enquanto se verificarem as condições legais do seu exercício.*

*Paços do Governo da República, 23 de novembro de 1921. O Ministro da Justiça e dos Cultos, Vasco Guedes de Vasconcelos”.* Nesta data, encontrava-se encarregue do culto católico da freguesia o Pe. Camilo Rodrigues Moreira<sup>5</sup>. Nos seus apontamentos incertos na obra "Movimento Religioso da

**Figura 1** Planta geral do projeto de reconstrução da igreja de Caíde de Rei, ano de 1921.



<sup>5</sup> Natural da freguesia de Mouriz, concelho de Paredes, nasceu em 22 de janeiro de 1889, vindo a falecer em 24 de agosto de 1971. Foi ordenado sacerdote em 12 de novembro de 1911.

Diocese do Porto", relativamente ao intervalo temporal de 1922 e 1923, recolhe-se que "A Associação do S. Coração de Jesus gosa *duma prosperidade. Promove anualmente um tríduo que no ano transacto se não efectivou por causa das obras que presentemente se estão realizando na igreja paroquial*"<sup>6</sup>. Esta passagem do então pároco de Caíde é deveras factual e mostra-se como uma inequívoca prova de que após concluídos todos os trâmites legais, as obras de reconstrução da igreja de Caíde terão sido iniciadas em 1922, e que, em 1923, as mesmas ainda estavam em curso.

De acordo com o projeto de 1921, a arquitetura, e particularmente as molduras e decoração dos vãos das portas

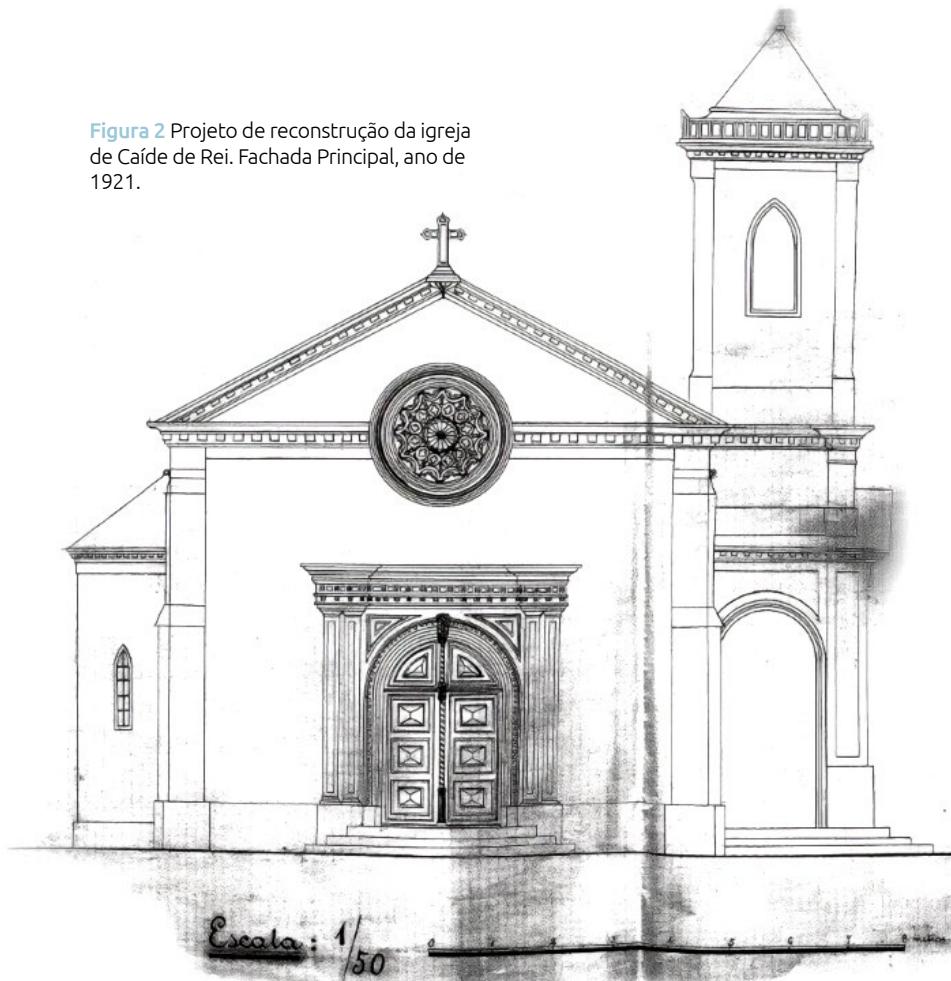
e janelas da igreja, revela inspiração neorrenascentista, um gosto que vigorou em Portugal entre finais do século XIX e as primeiras décadas da centúria seguinte.

Se atentarmos na planta do projeto (Fig. 1), é clara a intenção de demolir a igreja existente para construir uma igreja de raiz, conferindo-lhe uma distinta morfologia, dimensionalidade e orientação. Uma das principais curiosidades que desde logo merece destaque é a vontade de inverter totalmente a orientação da igreja, surgindo a fachada voltada a nascente.

A planta do projeto realizado em 1921 desenvolve-se num eixo longitudinal com orientação poente-nascente. A espessura das paredes da nave teria cerca de 70cm, quedando-se a das paredes da capela-mor em cerca de 40cm.

Anaveteria cerca de 21m de comprimento por 8m de largura, resultando numa área total útil de aproximadamente 168m<sup>2</sup>, possibilitando deste modo a permanência no interior de um maior número de fiéis relativamente à igreja atual. No alçado norte haveria lugar a um vão de porta que se alcançava a partir de três degraus. Estes degraus teriam a função de supedâneo para receber uma solução arquitetónica adossada ao plano vertical exterior composta de colunas clássicas quadrangulares formando uma espécie de alpendre dotado de três vãos abertos em arco de volta inteira. Sobreporia este elemento arquitetónico da igreja uma torre sineira dotada de quatro aberturas de inspiração gótica, em arco quebrado, para nelas serem colocados igual

**Figura 2** Projeto de reconstrução da igreja de Caíde de Rei. Fachada Principal, ano de 1921.



<sup>6</sup> *Relatório do Movimento Religioso da Diocese do Porto. Ano de 1922-23. Porto: Tip. Porto Medico, Lda., 1924, p. 238.*

número de sinos. Deste modo, a torre sineira desenvolver-se-ia em três registos, conferindo-lhe imponente verticalidade. A porta referida, resguardada pela torre sineira e rasgada no paramento norte, permitiria o direto acesso ao caminho que liga à Estrada Nacional EN207-2, o mesmo que serve de comunicação à rede viária que estreita o contacto com a sede do concelho e o que se relaciona com o cemitério paroquial.

O alçado sul seria provido de uma abside semicircular, que de acordo com a representação do paramento da fachada percebe-se que seria dotada pelo menos de duas janelas de inspiração gótica, estreitas e em arco quebrado.

Na planta, observa-se no interior direito relativamente à porta principal, uma escadaria em «L» que possibilitava o acesso a um coro com cerca de 30m<sup>2</sup>.

O desenho da fachada prende toda a atenção no portal de boas dimensões, em arco de volta inteira, composto de porta de duas folhas, ladeada por colunas quadrangulares e entablamento moldurado de estilo neoclássico revivalista, sobrepujado por oculo redondo, vazado, decorado com motivos vegetalistas, ao estilo neorromânico (Fig. 2). Cornija e friso do telhado

surgem decorados com modilhões ou cachorrada lembrando as igrejas românicas da região.

Alguns aspetos sobre o alçado norte foram acima revelados, como a porta lateral, que reproduz um típico portal clássico neorrenascentista de volta inteira encimado por frontão triangular, sendo de salientar também os vãos de janelas rasgadas a meia altura nas paredes da nave e da capela-mor (Fig. 3), que nos remetem para planos de janelas de sabor gótico usualmente presentes nas principais igrejas e catedrais nacionais e europeias construídas globalmente a partir do século XII, até ao término da Baixa Idade Média.

Como se deprende da análise da arquitetura patente na atual igreja paroquial de Caíde de Rei, o programa construtivo revelado pelas peças desenhadas descritas, parece ter sido muito sumariamente cumprido, quiçá somente espelhado na torre sineira com a introdução de um friso com cachorrada e as aberturas sineiras em arco quebrado. O que terá acontecido para os promotores abandonarem o projeto depois de vencidas as complexidades administrativas e estarem aparentemente reunidas as indispensáveis condições económicas?

Figura 3 Projeto de reconstrução da igreja de Caíde de Rei. Alçado Norte, ano de 1921.

